



De Monumento a Sítio Histórico: debates conceituais e diálogos entre Françoise Choay e narrativas brasileiras

From a Monument to Historic Site: conceptual debates and dialogues between Françoise Choay and the Brazilian narratives

De Monumento a Sitio Histórico: debates y diálogos conceptuales entre Françoise Choay y narrativas brasileñas

LIRA, Flaviana Barreto ¹
MISHINA, Leticia Naka Cartaxo ²
DUTRA, Isabela Duarte ³
BRITO, Francelly Marry Santos ⁴

¹ Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, Brasil.
flaviana@unb.br
ORCID: 0000-0003-2259-4885

² Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria, História e Crítica. Brasília, DF, Brasil.
leticia.mishina@aluno.unb.br
ORCID: 0000-0002-9951-1884

³ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, Pernambuco, Brasil.
isabela.ddutra@ufpe.br
ORCID: 0000-0001-9472-6571

⁴ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, Pernambuco, Brasil.
francelly.brito@ufpe.br
ORCID: 0000-0003-3565-6598

Recebido em 29/03/2023. Aceito em 11/09/2023.



Resumo

Este artigo tem como objetivo confrontar as transformações semânticas das noções de “Monumento”, “Monumento Histórico” e “Patrimônio Urbano” sob a ótica de Françoise Choay, bem como discutir os combates postos pela autora, relacionando-os ao contexto nacional, a partir de obras dos autores brasileiros, Márcia Sant’Anna e Ulpiano de Meneses. A partir de pesquisa e análise bibliográfica, lança-se olhar sobre as obras de Márcia Sant’Anna, sob a perspectiva do patrimônio cultural e das práticas preservacionistas e, a partir de um mesmo viés, trata-se do papel do habitante no processo de preservação, tomando como base Ulpiano de Meneses. Para tanto, o texto se estrutura nas seguintes seções: i. Debatendo Choay: Alegoria do Patrimônio e Antologia para um Combate; ii. Diálogos entre Sant’Anna e Choay; e iii. O habitante e o cotidiano à luz de Ulpiano de Meneses. Espera-se que o estudo possibilite reflexões acerca da cidade enquanto patrimônio cultural, tratando seus sítios históricos como bens a serem salvaguardados, considerando a contribuição de Choay para o campo e as repercussões no âmbito brasileiro.

Palavras-Chave: Monumento histórico, Patrimônio Cultural, Teoria da Arquitetura, Tombamento.

Abstract

This article aims to confront the semantic transformations of the notions of "Monument", "Historical Monument" and "Urban Heritage" from the perspective of Françoise Choay, as well as to discuss the fights posed by the author, relating them to the national context, from the perspective of works by Brazilian authors, Márcia Sant'Anna and Ulpiano de Meneses. Based on research and bibliographical analysis, we look at the works of Márcia Sant'Anna, from the perspective of cultural heritage and preservationist practices and, from the same point of view, it deals with the role of the inhabitant in the process of preservation, based on Ulpiano de Meneses. Therefore, the text is structured in the following sections: i. Debating Choay: Allegory of Heritage and Anthology for a Combat; ii. Dialogues between Sant'Anna and Choay; and iii. The inhabitant and everyday life in the light of Ulpiano de Meneses. It is hoped that the study will enable reflections about the city as cultural heritage, treating its historic sites as assets to be safeguarded, considering Choay's contribution to the countryside and the repercussions in the Brazilian context.

Key-Words: Historic Monument, Cultural Heritage, Architecture Theory, Heritage Listing.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo confrontar las transformaciones semánticas de las nociones de "Monumento", "Monumento Histórico" y "Patrimonio Urbano" desde la perspectiva de Françoise Choay, así como discutir las luchas planteadas por la autora, relacionándolas con el contexto nacional, desde la perspectiva de obras de los autores brasileños Márcia Sant'Anna y Ulpiano de Meneses. A partir de investigaciones y análisis bibliográficos, analizamos las obras de Márcia Sant'Anna, desde la perspectiva del patrimonio cultural y las prácticas conservacionistas y, desde el mismo punto de vista, aborda el papel del habitante en el proceso de preservación. Basado en Ulpiano de Meneses. Por tanto, el texto se estructura en los siguientes apartados: i. Debatiendo Choay: Alegoría del Patrimonio y Antología para un Combate; ii. Diálogos entre Sant'Anna y Choay; y iii. El habitante y la vida cotidiana a la luz de Ulpiano de Meneses. Se espera que el estudio permita reflexionar sobre la ciudad como patrimonio cultural, tratando sus sitios históricos como bienes a salvaguardar, considerando la contribución de Choay al campo y las repercusiones en el contexto brasileño.

Palabras clave: Monumento Histórico, Patrimonio Cultural, Teoría de la Arquitectura, Protección.



1. Introdução

O presente artigo¹ tem como objetivo discutir os combates acerca do patrimônio, a partir da perspectiva da filósofa e historiadora do urbanismo Françoise Choay, colocando-a em debate com os autores brasileiros Márcia Sant'Anna e Ulpiano de Meneses, a fim de traçar similaridades e dissonâncias de sua teoria na preservação de sítios históricos brasileiros. Importa explicitar que o uso da palavra combates faz referência ao que Choay propõe em sua obra “Patrimônio em Questão”, refletindo três temáticas sobre a prática do patrimônio urbano.

Nascida em Paris, em 1925, Choay iniciou sua carreira na redação de artigos sobre crítica de arte, arquitetura e urbanismo durante a década de 1950. Sua contribuição se estendeu a 206 produções escritas entre os anos de 1956 e 1996 (PEIXOTO, 2018), perpassando os campos da historiografia, crítica e teoria do urbanismo. A partir dos anos 1960, passa a publicar livros sobre suas pesquisas, lançando em 1965 a primeira versão de *L'urbanisme, utopies et réalités*.

Sua vasta experiência na tradução de cânones do restauro, como *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse* de Alois Riegl (1984); *Conserver ou restaurer: Les Dilemmes du patrimoine*, de Camillo Boito (1999); a brochura de *La Conférence d'Athènes sur la conservation artistique et historique des monuments*, 1931 (2002); e *La Lettre à Léon X* (2005) de Raphaël; somada ao estudo sobre o tratado *De re aedificatória* de Leon Battista Alberti e domínio consolidado no campo do urbanismo, possibilitaram a aproximação das temáticas em textos críticos entre as décadas de 1980 e 1990. A herança construída tornou-se o centro de uma reflexão sobre a ideia de memória, sua relação com a escrita da história das cidades e destino das sociedades contemporâneas. Neste viés, destacam-se as publicações autorais da *L'Allégorie du patrimoine* em 1992², e a de *Le Patrimoine en questions: Anthologie pour un combat*, em 2009³.

Partindo dessas duas obras, serão trabalhados os conceitos de *monumento*, *monumento histórico* e *patrimônio urbano*, considerando as transformações semânticas e os pontos de inflexão na história que influenciaram suas construções e significados. Acrescido a isso, discutem-se os combates propostos por Choay em “Patrimônio em Questão” (2011): i. na educação e formação patrimonial; ii. na utilização do acervo de monumentos históricos; e iii. na busca pela participação coletiva na produção e manutenção do patrimônio, ao colocá-la em debate com teoria e prática sobre o patrimônio urbano brasileiro.

Para tanto, recorre-se à produção nacional nas figuras de Márcia Sant'Anna, ao tratar o contexto nacional de formação de um sistema e das práticas preservacionistas relacionadas aos acervos patrimoniais. Em seguida, aborda-se a importância do cotidiano e a participação social nos processos de salvaguarda das cidades, a partir de Ulpiano Meneses. Aqui, discute-se o papel da cidade como um bem patrimonial, sendo os sítios históricos exemplares dessa categoria.

¹ Este estudo é resultante da disciplina “Diálogo entre Culturas: Traduzindo Françoise Choay”, tendo como tema central a produção, tradução e recepção dos livros de Choay no Brasil e no mundo. Ministrada em conjunto pelos programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, e laboratórios relacionados da Universidade de Brasília (LABEURBE, PPG/FAU), da Universidade Federal de Pernambuco (LUP, MDU) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ, FAU), entre agosto e dezembro de 2022 com aulas, palestras e debates efetuadas no modo online.

² A versão brasileira aqui utilizada é traduzida por Luciano Vieira Machado, da Editora UNESP, Estação da Liberdade 6ª Edição, publicada em 2017.

³ Utiliza-se para a construção deste trabalho a versão brasileira, com tradução de João Gabriel Alves Domingos, da Editora Fino Traço, de 2011.



Por fim, passados mais de dez anos dos combates postos do primeiro volume de “Patrimônio em Questão”, recapitulam-se as contribuições, aproximações e distanciamentos da teoria e prática brasileira na educação patrimonial, acervos e participação coletiva.

2. Debatendo Choay: Alegoria do Patrimônio e Antologia para um Combate

A partir da década de 1990, Françoise Choay debateu a ideia de memória e sua relação com a escrita da história das cidades. Em “L'allégorie du patrimoine”, originalmente publicado em 1992, a autora coloca o patrimônio como uma alegoria, uma representação da sociedade contemporânea em crise. Afastando-se de uma construção histórica cronologicamente rígida, desenvolve uma genealogia de sentidos, relativa à construção dos significados ao longo do tempo, apresentando os processos de criação e transformações dos diversos termos ligados à ideia de patrimônio, que deixa de relacionar-se exclusivamente à memória, para associar-se a um léxico de interesse estético, político e social. Para tanto, o culto ao patrimônio é indissociável do sentimento de pertencimento da comunidade, e é intrínseco à própria noção de sociedade.

Dezessete anos após esse livro, é lançado o primeiro volume de “Le Patrimoine en questions: Anthologie pour un combat”, em 2009. O patrimônio é visto como meio de combate e resistência face a estandardização do espaço — prática hegemônica na produção arquitetônica contemporânea. Diferentemente da narrativa traçada em “Alegoria” (2017) sob uma perspectiva histórica que retoma à antiguidade, em “Antologia” (2011), Choay situa o leitor brevemente a partir das revoluções culturais, de maneira a definir um marco temporal próximo à atualidade, na tentativa de evidenciar que o urbanismo pertence ao cotidiano. Busca ainda incitar uma postura crítica no leitor sobre a produção arquitetônica atual a fim de incentivar a produção de novas estruturas que venham a se tornar patrimônio no futuro, travando um combate necessário para se engajar na construção da cidade do seu tempo.

Três conceitos presentes nas duas obras de Choay são indispensáveis no debate envolvendo a compreensão de patrimônio cultural e sítios históricos, são eles: *monumento*, *monumento histórico* e *patrimônio urbano*. Trata-se neste estudo, primeiramente, da noção de **monumento** apresentada em “Alegoria” (2017), cujo sentido deriva do latim “*monere*”, livremente traduzido como “trazer lembrança de algo”, e consiste em tudo aquilo “[...] edificado por uma comunidade para [...] fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 17).

A primeira revolução cultural, explorada em “Antologia” (2011), trata do estudo das antiguidades - vestígios relativos à linguística, matéria, usos e práticas clássicas, associadas ao século XVI. Na Renascença a noção de monumento surge com a intenção de rememorar, ressaltando os fatos e personalidades que conferiam sentido à vida social da comunidade, a fim de alcançar as gerações futuras. Percebe-se que apesar de ser abordado de maneiras diferentes, o conceito de monumento permanece o mesmo nas duas obras de Choay.

Françoise Choay associa o surgimento do campo profissional e disciplinar da arquitetura ao interesse de conservar obras do passado, inspirada pela *De Re Aedificatoria* de Alberti. No Quattrocento italiano, começa a se atribuir importância ao conceito de arte no Ocidente com a distinção entre o valor informativo e o valor hedônico das antiguidades (CHOAY, 2017). Relacionada a isso, a segunda revolução cultural, pontuada em “Antologia” (2011), e narrada cronologicamente em “Alegoria” (2017), relaciona-se ao final do século XVIII, marcado pela busca por objetividade científica fortemente influenciada pelo Iluminismo, somada à Revolução Francesa e à transição de manufatura proporcionada pela Revolução Industrial. Trouxe consigo uma inversão hierárquica dos valores atribuídos ao monumento, privilegiando, acima de tudo, a sensibilidade estética.



Tais acontecimentos impulsionaram a institucionalização do patrimônio e a criação de um campo disciplinar voltado para a conservação, além do fomento de aspectos jurídicos e técnicos relacionado a preservação dos bens, traçando, assim, as condições para a consolidação do termo **monumento histórico**⁴. No entanto, esta nomenclatura só foi amplamente adotada a partir do século XIX, quando o nacionalismo europeu impulsionou a construção de edificações erigidas sem fins memoriais (CHOAY, 2011).

Logo, assim como o conceito de monumento, o monumento histórico é um termo que surge no Ocidente. A diferença entre os dois é posta primeiramente por Riegl (CHOAY, 2017), em “*Der moderne Denkmalkultus*”⁵, sendo o primeiro concebido *a priori* para rememorar um fato passado; enquanto o segundo não é criado com este intuito, mas tem seu valor atribuído *a posteriori* justificado pelo atribuição de interesse ou significado artístico ou histórico (RIEGL, 2014). Choay destaca a contribuição de Riegl ao tratar o monumento histórico como um objeto social e filosófico (CHOAY, 2017, p. 168) por construir sua abordagem a partir da oposição de duas categorias: i. valores de memória, sendo eles valor de antiguidade, valor histórico e valor volúvel de memória ou de comemoração; e ii. valores de atualidade, com o valor de uso, valor de novidade ou valor artístico relativo (RIEGL, 2014). A maior contribuição do autor reside no entendimento de que a atribuição de valores é uma ação relativa, transitória, e que o ideal seria seguir uma abordagem interpretativa do bem patrimonial.

Nas primeiras décadas do século XIX, foi atribuído um valor pitoresco às construções antigas, acolhendo as marcas deixadas pelo tempo (CHOAY, 2017). Apesar da Inglaterra ser o berço da Revolução Industrial, no campo da conservação, relacionou-se a uma postura anti-intervencionista, muito ligada à figura de John Ruskin. Teórico de grande importância para o reconhecimento da arquitetura doméstica como monumento histórico, Ruskin criticava os que só valorizavam a riqueza isolada dos palácios e monumentos, sendo o primeiro a incluir “conjuntos urbanos” como uma herança a ser preservada (CHOAY, 2017). Para ele, a arquitetura contemporânea poderia tornar-se monumento histórico caso carregasse valor memorial e identitário.

Após a Segunda Guerra Mundial, os desastres antrópicos impostos à herança construída impulsionaram a inventariação de bens, no entanto, estes ainda voltados para exemplares da antiguidade ou história erudita (CHOAY, 2017). Algumas reconstruções do pós-guerra na Europa só foram possíveis por se contar com estes registros visuais, como a da capital polonesa Varsóvia, cujo centro foi em sua maioria reerguido fielmente ao destruído. Com o passar do tempo, o uso de monumentos erigidos para rememoração decaiu devido ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de memórias artificiais (CHOAY, 2017) Assim, definir o que é ou não é “monumento”, passa a ser um ato de escolha dentre conjuntos de edificações existentes, que adquirem essa função mnemônica com o tempo, de acordo com preceitos estéticos e históricos.

A noção de **patrimônio urbano**, pela perspectiva de Françoise Choay, é abordada em “Alegoria” (2017), e surge na contramão do processo de urbanização generalizado e difuso, como resultado de uma dialética da história e da historicidade. O termo foi posto pela primeira vez pelo italiano Gustavo Giovannoni a partir de sua obra teórica e prática que atribuía simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos sítios históricos, integrando-os na visão geral da organização do território. Ao discorrer sobre a doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, Choay apresenta uma síntese desse duplo postulado do pensamento de Giovannoni, “uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo” (CHOAY, 2017, p. 200), tanto por sua

⁴ É importante ressaltar que este período condiz com as descobertas arqueológicas de Pompeia e Herculano.

⁵ Riegl desenvolveu este trabalho como uma legislação apresentando diretrizes de conservação dos monumentos para a Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos em 1902. Utiliza-se para a construção deste artigo a versão brasileira da publicação, com tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel, intitulada “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem”, da editora Perspectiva, 2014.



estrutura topográfica como por sua ambiência, pelo caráter de suas vias, e pelo conjunto de seus edifícios; é preciso aplicar-lhe leis de proteção e critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação.

Para a autora, Giovannoni foi o primeiro a perceber e avaliar novas técnicas de transporte e comunicação da cidade industrial, prevendo seu aperfeiçoamento em um contexto de redes (CHOAY, 2017). Assim, o urbanismo deixa de ser uma ciência que analisa apenas o espaço urbano, e passa a ter papel propositivo ao buscar soluções adequadas, evitando que sejam adotadas atividades incompatíveis com a morfologia tradicional, a partir de tratamentos apropriados que possibilitem ao patrimônio urbano responder às demandas da atualidade sem grandes perdas. É dessa mesma forma que os Sítios Históricos deveriam ser tratados, a fim de se preservar seus significados e, ao mesmo tempo, suprir as demandas contemporâneas de seus usuários.

Com a terceira revolução cultural, relacionada a eletro-telemática e globalização no século XX (CHOAY, 2011), o uso de monumentos erigidos para rememoração decaiu devido ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de memórias artificiais (CHOAY, 2017). Assim, definir o que é ou não é “monumento” passa a ser um ato de escolha dentre conjuntos de edificações existentes, que adquirem essa função mnemônica com o tempo, de acordo com preceitos estéticos e históricos. Reduzindo, como explicado por Choay em “Alegoria” (2017), a terminologia geral “patrimônio”, que “tende a substituir e eliminar o uso, consagrado desde o século XIX, das formas lexicais 'monumento' e 'monumento histórico'” (CHOAY, 2011, p. 11), referindo-se corriqueiramente a bens edificadas isolados, distanciando-se também do contexto urbano posto por Giovannoni.

A passagem da segunda para a terceira revolução, que corresponde ao período de transição entre os séculos XVIII e XIX, foi essencial para o estabelecimento de diretrizes visando a preservação do patrimônio cultural, no entanto, é importante ressaltar que sua apreensão, valoração e gestão manteriam-se excludentes e elitistas ao referenciar apenas a identidade europeia. Essa postura se concretiza na redação de duas cartas patrimoniais canônicas derivadas de conferências internacionais: a Carta de Atenas⁶ (1931) e a Carta de Veneza (1964), cujos participantes eram europeus, com exceção da segunda, que contou com representantes do México e do Peru, que, no entanto, se inscreviam sob a postura espanhola de conservação (CHOAY, 2011).

A crítica mais dura de Choay se direciona à Carta de Veneza, que não evoca novas questões internacionais para o patrimônio, detendo-se ao já posto pela Carta de Atenas. Além disso, a Carta assume caráter dogmático, tornando-se, segundo a autora, anacrônica desde sua concepção (CHOAY, 2011, p. 168), tendo em vista que já aconteciam debates acerca de comunidades onde os sistemas culturais operam de maneira diferente, como no caso da reconstrução dos templos xintoístas japoneses, cujas tradições não são associadas ao culto da materialidade, mas, sim, à arte viva, mantendo os monumentos novos por meio de reconstruções ritualísticas⁷ (CHOAY, 2017).

Assim, os conceitos de *monumento*, *monumento histórico*, e *patrimônio urbano* são abordados em ambas as publicações de Choay aqui tratadas. No entanto, percebe-se que na primeira (CHOAY, 2017), a autora opta por construir a genealogia da semântica, relatando os processos históricos minuciosamente, entra nos pormenores da criação dos termos formal e etimologicamente, como construções sociais ao longo do tempo. Já em “Antologia” (2011), Françoise Choay não discute em profundidade tais conceitos. Tomando certas definições como já estabelecidas, a autora visa conferir uma consciência da problemática patrimonial, como pré-requisito de aferição de seus significados. Dessa forma, convida o leitor à resistência e ao combate em três frentes principais, sendo elas

⁶ Conhecida como a Carta do “Restauro”, foi o primeiro documento mundial voltado para a preservação do patrimônio.

⁷ Tais questões só serão aprofundadas na Carta de Nara, quando novas formas de se trabalhar com a Autenticidade são levadas em consideração, assim como diferentes fatores que levam ao reconhecimento de um bem patrimonial, assim como métodos para sua preservação.



relativas à *educação e formação patrimonial*; à utilização do *acervo de monumentos históricos*; e à busca pela participação coletiva na produção e manutenção do patrimônio. Se contrapondo à mercantilização, estandardização e musealização do patrimônio em detrimento de suas particularidades espirituais e materiais.

Na seção a seguir, apresenta-se como as noções e as transferências semânticas entre os conceitos de “monumento”, “monumento histórico” e “patrimônio urbano” abordadas por Choay estavam relacionadas com a compreensão atual do conceito de **Patrimônio Cultural**, adotada pela Unesco desde a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972⁸ e pelo artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, para então incluir atributos de cunho materiais e imateriais, aos sítios históricos, bens isolados, conjuntos, práticas e manifestações. Discorre-se também sobre como essa categoria complexa devido às diversas camadas temporais, estilísticas e identitárias sobrepostas, pode carregar como fator condicionante para a sua preservação, resistir e participar dos combates propostos por Choay. Com o intuito de ampliar o recorte centrado no campo europeu e englobar as especificidades brasileiras, serão abordados trabalhos de dois autores inseridos nas discussões de patrimônio: Márcia Genesia de Sant’Anna⁹ e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses¹⁰, ambos professores e com histórico de atuação em instituições de salvaguarda.

3. Diálogos entre Sant’Anna e Choay

Iniciando a contextualização do cenário brasileiro no campo do Patrimônio Cultural e sua preservação, tem-se como base Márcia Sant’Anna, autora dos livros “Da cidade-monumento à cidade-documento” (2014) e “A cidade-atração” (2017). Pretende-se nesta seção, apresentar como o patrimônio passou a ser tratado no Brasil, entendendo os seus momentos e desafios da preservação. Reveladas as circunstâncias, se desenrola um diálogo entre a experiência preservacionista brasileira e as teorias de Choay tratadas em suas obras¹¹.

3.1. O contexto preservacionista brasileiro sob a ótica de Sant’Anna

As discussões e ações voltadas à formação patrimonial no âmbito brasileiro ganharam caráter institucionalizado e normativo com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378. O Decreto-lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio nacional, definiu o que constitui o patrimônio histórico e artístico do Brasil e instituiu o tombamento como instrumento de proteção. A partir de uma análise técnica sobre a formação institucional do IPHAN, Márcia Sant’Anna expõem que, quando criado, “não havia no mundo ocidental nenhuma experiência conhecida de preservação de cidades ou de contextos urbanos mais complexos” (SANT’ANNA, 2017, p. 140). Neste viés, a criação do IPHAN configurou o caráter pioneiro brasileiro de preservação do patrimônio urbano.

⁸ Resultando na primeira versão das “Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”.

⁹ Arquiteta e Urbanista (UNB 1980), atuou no IPHAN (1998-1999, 2004-2011), foi Conselheira na Câmara do Patrimônio do Conselho Cultural da Bahia (2011-2014), atualmente é professora na Faculdade de Arquitetura e na Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, desde 2016 faz parte do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN. Contribui nas temáticas voltadas para a preservação do patrimônio cultural e da arquitetura popular.

¹⁰ Doutor em Arqueologia Clássica (Sorbonne 1964), foi diretor do Museu de Arqueologia e Etnografia da USP (1968-1978) e do Museu Paulista da USP (1989-1994), atuou no CONDEPHAAT, é professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, já participou do ICOM e do ICOMOS, desde 2005 faz parte Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN. Professor, museólogo, arqueólogo e historiador, Ulpiano possui produções nos campos da história, museologia e cultura material.

¹¹ Alegoria do Patrimônio (2017 [1992]) e Antologia para um Combate (2011 [2009]).



Acerca do processo de ampliação do conceito de patrimônio, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo nº 216, substituiu a definição de “Patrimônio Histórico e Artístico” do Decreto-lei nº 25 pela de “Patrimônio Cultural Brasileiro”, acompanhando, assim, as discussões e tendências mundiais — contextualizadas por Choay em “Antologia” (2011) — sobre reconhecer e proteger uma maior diversidade de bens. Ao vincular a noção de cultura ao patrimônio, amplia-se a abrangência de bens passíveis de reconhecimento, incorporando não apenas os de cunho material, como também os de cunho imaterial (BRASIL, 1988, Art. 216).

No mesmo artigo, ainda determina que órgãos públicos, juntamente com a sociedade, são os encarregados de proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, a partir de instrumentos e posturas participativas. A Constituição apresenta importantes inovações, principalmente no que determina a sociedade como instituinte do patrimônio nacional, institucionalizando as relações entre os bens e os sujeitos como condutor de acautelamento (BRASIL, 1988, Art. 216). De maneira que:

[...] a matriz do valor cultural passa do Estado para a sociedade, substituindo o Decreto-lei nº25/1937, segundo o qual o tombamento é que instituiu o patrimônio nacional; agora, instituinte é a sociedade, ou melhor, seus ‘grupos formadores’, cuja identidade, ação e memória são alimentados e alimentam determinados bens materiais ou imateriais, indistintamente. Deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio. O poder público pode ter função declaratória e protetora – e mesmo assim ‘com a colaboração da comunidade’ (MENESES, 2017, p.39).

O processo de ampliação conceitual estabelecido pela Constituição Federal, deve-se principalmente a dois nomes: Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, aquele que a partir da sua proposta de ampliação da noção de patrimônio ainda na década de 1930, para além do seu papel na criação do IPHAN, influenciou este a defender um patrimônio cultural diverso e sua relação com o cotidiano, vinculado à vivência das pessoas com o bem, pois “o melhor guardião de um bem cultural é o seu dono” (MAGALHÃES, 1985, p. 186). Já Márcia Sant’Anna, ao tratar o patrimônio como um bem cultural, a partir de um olhar para as particularidades espirituais e materiais, abre espaço para debates e reflexões acerca de dois pontos de combate estabelecidos por Choay em “Antologia” (2011): a formação patrimonial e o uso de acervos relacionado ao processo de salvaguarda.

Sant’Anna apresenta outro olhar sobre o patrimônio urbano, pensado a partir de suas pesquisas junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, que originaram dois livros: “Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil - 1937-1990” (2014) e “A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990” (2017). Em suas obras, a autora discorre sobre a gestão e preservação do patrimônio urbano, ao relatar a sua experiência como servidora do IPHAN, girando em torno do tema da cidade-patrimônio e sua função educativa cultural, o que nos permite estabelecer uma relação com o primeiro combate proposto por Choay (2011):

É importante ressaltar que a cidade-patrimônio surgiu no Brasil com uma função, ao mesmo tempo, educativa e de representação, atendendo à demanda política dos anos 1930 de afirmação de uma identidade nacional e de construção de uma ideia de arte e arquitetura brasileira (SANT’ANNA, 2017b, p. 140).

Apesar de o termo mais utilizado pela instituição de salvaguarda ser o de “cidade-monumento”, a autora explica que o IPHAN precisa lidar com o desafio das transformações urbanas com instrumentos “frágeis e inadequados” e que a responsabilidade da gestão da cidade-patrimônio recair sobre o município se revelou frutífero. Sant’Anna afirma que os ideais europeus e os acontecimentos pós-Segunda Guerra relacionados ao turismo, planejamento, patrimônio e urbanismo tiveram



visibilidade no Brasil na década de 1960 e influenciaram as ações do IPHAN, com a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH) de 1973, por exemplo. Uma das críticas mais fortes da autora é que os sistemas de preservação municipal, estadual e federal não dialogam, acarretando tratamentos distintos e a falta de uma coordenação de bens tratados em conjunto.

Segundo Paiva (2017), os municípios brasileiros desde meados do século XX, impulsionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), empreendem ações voltadas à preservação do patrimônio cultural. Tais iniciativas foram fortalecidas pela Constituição (1988) e pelo Estatuto da Cidade (2001). Os órgãos municipais são responsáveis pelo funcionamento da cidade e estão mais diretamente ligados à população local, o que pode viabilizar a efetivação da participação social em vários setores estratégicos, inclusive na preservação, relacionando-se ao terceiro combate proposto por Choay (2011) voltado para a participação social e gestão do patrimônio.

O histórico do processo preservacionista brasileiro, iniciado pelas ações do IPHAN em sua “fase heroica” com os tombamentos majoritariamente direcionados a bens isolados, demonstram um foco em monumentos ligados à valoração artística “genuinamente brasileira”, expressa pelo barroco mineiro. Esse interesse se expandiu para englobar a arquitetura menor, relacionada aos monumentos históricos, que, por sua vez, motivaram o reconhecimento do valor de conjunto expresso por cidades históricas tradicionais, o patrimônio urbano. Esse percurso, iniciado no “monumento”, para o “monumento histórico”, até chegar ao “patrimônio urbano”, nos remete aos conceitos tratados por Choay em suas obras, acompanhando as discussões e contextos de suas respectivas épocas.

No entanto, dos 326 processos realizados pela Instituição no ano de 1938, apenas sete pertenciam à classificação de “conjunto urbano”¹². É importante ressaltar que Ouro Preto consistiu no primeiro monumento nacional, reconhecido antes mesmo da criação do IPHAN, e que guiou por muitos anos o olhar sobre a valoração de bens patrimoniais do país, tanto com relação à priorização da proteção do Barroco como pelo seu caráter de conjunto, influenciado, acima de tudo, pela ideia de patrimônio urbano, o que colocou o Brasil como pioneiro no reconhecimento de sítios históricos. Apesar da importância cedida ao patrimônio urbano neste período, a análise quantitativa demonstra que o número de tombamentos de bens isolados é significativamente superior aos de patrimônios urbanos.

3.2. Cidades e práticas preservacionistas

Acerca do histórico de práticas preservacionistas e do reconhecimento de cidades como bens patrimoniais a serem tombados, Sant’anna referencia Lia Motta, que discorre sobre a “percepção da cidade como um monumento ou como uma ‘obra de arte pronta e acabada’” (MOTTA, 1987, p. 108-122 apud SANT’ANNA, 2017, p. 144). Juntamente com o turismo cultural e o possível potencial de localidades, influenciam nas escolhas do que se deveria proteger. Estas questões se relacionam a dois dos combates propostos por Choay: a formação patrimonial e a utilização de acervo. O primeiro diz respeito a como se constituiu a estrutura e sistema preservacionista, abrindo espaços cada vez mais amplos para a educação patrimonial; no segundo, ao considerar a própria cidade um monumento, seus atributos e significados passam a fazer parte do acervo patrimonial e, por isso, devem ser base para as diretrizes de preservação.

Em “Alegoria” (2007), são abordados exemplos de impactos negativos do turismo na Europa, norte da África e leste asiático, como degradação, inflação patrimonial, utilização inadequada do espaço e até demolições para embelezamento urbano e arquitetônico. É possível associar alguns desses exemplos com casos brasileiros, como as ações do IPHAN na “fase heróica”, para a criação de uma identidade brasileira, quando passou a considerar apenas construções do estilo colonial como sendo passíveis

¹² Dos 7 conjuntos urbanos tombados em 1938, 6 são de Minas Gerais: Ouro Preto, Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rei e Mariana. O sétimo, seria no Rio Claro, no Rio de Janeiro, porém aparece como tombamento cancelado e com pendência no ano de 1998. Acesso para a lista de bens tombados pelo IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018.



de proteção, em casos mais extremos foram realizados “restauros” para que um monumento retornasse à sua “verdadeira” natureza - um olhar que podemos associar ao de Viollet-le-Duc, como ocorreu no caso do restauro da Catedral da Sé de Olinda¹³.

Em “Antologia” (2011), apresentam-se dois pontos negativos vinculados à museificação e comercialização do patrimônio, pontos do terceiro combate de Choay: a criação de uma cultura de massa e a mercantilização de bens patrimoniais. Nessa linha, segundo Vaz e Berenstein (2006), enquanto o habitante se apropria do espaço, o visitante apenas o atravessa. Enquanto os habitantes comuns experienciam o espaço com certa distração, relacionando-o a significações maiores do que a contemplação permite, os turistas o veem como um objeto contemplativo, cênico, instrumental e ideológico. Sendo assim,

Essa cruzada pelo consumo mercantil do patrimônio é prejudicial aos visitantes [...] amontoamento e ruído impróprios a qualquer deleite estético ou intelectual. Ela conduz a destruição dos sítios classificados como Patrimônio Mundial devido à elevação das estruturas necessárias de acolhimento e pela eliminação de atividades criativas ligadas à cultura local e sua identidade (CHOAY, 2011, p. 37).

Ao final do século XX, devido a crise do sistema capitalista, a avanços tecnológicos e a uma economia global, a cidade-monumento perde espaço para a cidade- atração, cujo objetivo era “promover uma nova imagem para as cidades e a atrair investimentos” (SANT’ANNA, 2017b, p. 147), de capital público e privado. Uma iniciativa brasileira influenciada por esses ideais consiste no Programa Monumenta, do governo federal com investimento do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), concebido entre 1996 e 1997, e implementado entre os anos de 2000 e 2010:

A concepção de patrimônio urbano que sustentou a noção de cidade- atração nos anos 1990, que privilegiava as fachadas, a cenografia urbana e desconsiderava os demais elementos materiais e imateriais que o compõem, teve continuidade nas décadas seguintes. Mas também esses aspectos têm sofrido, agora, um certo rebaixamento e uma relativa perda de importância, em favor da criação de uma paisagem urbana onde arquiteturas caracterizadas pela ousadia formal ou pelo padrão internacional das torres corporativas ganham destaque e superam o patrimônio como elemento de atração e consumo visual (SANT’ANNA, 2017b, p. 153).

Essas contribuições possibilitaram um novo olhar para o urbano, para além da dimensão estética, focando no próprio processo histórico da formação da cidade. Olhar que podemos relacionar ao presente na Carta de Petrópolis de 1987¹⁴, ou Carta dos Sítios Históricos, pois considera a cidade um “organismo histórico”, formado por “paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação [...]” (IPHAN 1995, p. 01). Considerando os sítios históricos como patrimônio urbano, o apanhado de testemunhos do “fazer cultural” e a sobreposição de tempos, se expressam no conjunto arquitetônico edificado, nos monumentos, na malha e paisagem urbana e na relação das pessoas com a própria cidade.

¹³ A professora doutora Renata Cabral (UFPE - LUP) discute em seu artigo *Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste*, esse processo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/FcGjGXXxSjSwzNsy4NWCD8q/?lang=pt>. Acesso em dez. 2021.

¹⁴ Produto do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, o texto com duas páginas foi publicado apenas em 1995 no Caderno nº 3 - “Cartas Patrimoniais”, do IPHAN - Ministério público.



Seguindo a cronologia, no final do século XX, para Sant'Anna, a conservação da cidade-patrimônio não possui mais o foco na produção de cenário e os avanços ideológicos deram espaço para a noção de cidade-documento, ao tratar o patrimônio de maneira mais abrangente e inclusiva com a sociedade. Vencidas essas noções, a cidade-patrimônio pode se aproximar da cidade-documento, a partir de um processo que valoriza as relações sociais, afetivas, cognitivas, memoriais e cotidianas das pessoas perante o patrimônio urbano. Para isso, a autora reforça que é necessário enfrentar dois desafios: i. a participação social no processo de gestão, e ii. o investimento no uso habitacional e outros vinculados com a vida cotidiana. Desafios que fazem uma ponte com o terceiro combate proposto por Choay e que será melhor discutido com os estudos de Ulpiano de Meneses.

4. O habitante e o cotidiano à luz de Ulpiano de Meneses

O último combate que Choay destaca se refere à participação social na manutenção e proteção do patrimônio. A fim de trazer essa inquietação da autora ao âmbito brasileiro, se inseriu no debate a contribuição do professor, museólogo, arqueólogo e historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Segundo esse autor: “sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sem vetores materiais” (MENESES 2006, p.37). Aqui, entende-se que as pessoas e o bem material estão interligados e em constante troca. Fazendo uma relação com os Sítios Históricos, os elementos que o compõem possibilitam o acontecimento de atividades tradicionais e do dia a dia, da mesma maneira em que os habitantes são essenciais para a realização dessas atividades, e indissociáveis da atribuição de valores e significados do Sítio Histórico.

Em “A cidade como bem cultural” (2006), o autor trata da sua experiência na Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), quando discorre sobre a atividade inovadora do concurso de fotografia *A cidade é também a sua casa* de 1976, cuja dinâmica incitava os moradores a identificarem o que era significativo e identitário para eles. A foto deveria ser complementada com um formulário que justificasse a escolha do bem e a proposição de novos usos. Apesar de inovadora para a década de 1970, ao possibilitar aos locais expressarem suas percepções e afetividades - ou falta delas -, Meneses aponta para um cunho preservacionista e cultural das respostas. Isso leva-o a questionar se a metodologia proposta pelo concurso poderia ter influenciado ou direcionado os olhares dos participantes, pois a maioria das respostas voltadas para a preservação indicava como uso: museus, centros ou espaços de lazer (MENESES, 2006).

Meneses (2006), discute se usos não excepcionais, relacionados ao trabalho, habitação e ao cotidiano, mereceriam ser cotados como atributos ou bens isolados, ao expor:

Quanto ao cotidiano, observe-se, ainda, o desconforto inconsciente que ele provoca já que, muito mais do que uma inofensiva repetição de si mesmo no dia-a-dia (sic.), ele é por excelência a instância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo. [...] Mais que tudo, não devem excluir ou minimizar as áreas seminais da cultura: o cotidiano e o mundo do trabalho. (MENESES, 2006, p.38 e 39).

O não reconhecimento ou até mesmo o desprezo pelo cotidiano vão na contramão da conservação inclusiva e participativa, pontos relacionados ao terceiro combate de Choay. As práticas do dia a dia, e a continuidade das tradições pelos envolvidos, possibilitam construir, reconhecer e vivenciar os significados dos bens patrimoniais e da cidade. Por isso, o autor coloca o habitante como o principal sujeito da cultura.

Seja como for, o caminho mais seguro para criar, no campo do patrimônio cultural, condições mais favoráveis para a inclusão social



é, sem qualquer dúvida, o reconhecimento da primazia do cotidiano e do universo do trabalho nas políticas de identificação, proteção e valorização, e, conseqüentemente, de maximização do potencial funcional. (MENESES, 2006, p.53).

Já em “O campo do patrimônio cultural”, questionam-se imposições do turismo sobre o uso cotidiano, que por muitas vezes assume papel protagonista em detrimento das práticas e usuários tradicionais. Na história contada por Meneses (2009), ao se ajoelhar para rezar em frente ao altar-mor de uma catedral gótica, uma moradora “atrapalha” guia turístico e “incomoda” o seu grupo de visitantes. O guia pede para que a senhora se retire por perturbar a visita. Neste exemplo crível, uma ação cotidiana é interrompida por uma atividade turística e percebe-se que, assim como diversos outros monumentos históricos adquiriram status de patrimônio com o tempo, inúmeras igrejas tornaram-se pontos de visita, inclusive apresentando regras específicas sobre o que se pode fazer ou não dentro daquele espaço, podendo configurar em um limitador para os habitantes locais, detentores de práticas tradicionais, que realmente usufruem, conferem valores e significados.

Considerando que os interlocutores locais deveriam ser a principal referência ao lidar com bens patrimoniais, é preciso, primeiramente, reconhecer os *stakeholders* envolvidos no cotidiano, para que apenas depois olhares estrangeiros possam reconhecer e atribuir valores. Nessa linha, é o ato de repreender e a expulsão da habitante que realmente disruptura o uso e prática tradicional. A oração representa ali uma atividade cotidiana correspondente ao local e valores atribuídos, a moradora estaria usufruindo de um espaço da cidade, que não é destinado à mera observação ou contemplação – postura assumida geralmente pelo turista. Essa lógica não corresponde a uma negação do papel central do turista na valoração e agente viabilizador da manutenção desses espaços, mas sim sobre a questão fundamental de buscar formas de respeitar e compartilhar esses espaços, costumes e experiências.

No texto “Repovoar o patrimônio ambiental urbano” (2017), Ulpiano de Meneses apresenta caminhos para evitar a presença “fantasmagórica” do habitante, que acontece quando o ambiente urbano é museificado e a população é privada de realizar seus costumes para o bem da apreciação turística (MENESES, 2017), questões postas por Choay como pontos negativos advindos do turismo. Esse despovoamento do patrimônio, pode acentuar uma diferença entre os valores empregados pela comunidade e pelos especialistas, além de resultar em perdas das características de um certo bem. Ulpiano dá o exemplo do projeto “*The People-Centred Approaches*”, iniciativa do ICCROM¹⁵ que reconhece o papel dos habitantes, juntamente com o seu saber tradicional, na salvaguarda do patrimônio a longo prazo:

A palavra de ordem, no repúdio, é a sigla AHD (Authoritative Heritage Discourse), que caracteriza um discurso autoritário e excludente (Ludwig, 2016). Chega-se a declarar que já é tempo de reconhecer que as pessoas e suas ações não podem mais ser consideradas uma perturbação e um perigo à conservação do patrimônio (Craith e Kockel, 2016). Também se nega que a diversidade cultural seja atributo apenas dos valores sociais, em contraposição aos valores técnicos, supostamente em harmonia com categorias universais. Por isso, muitas pesquisas demonstram, como indicam Spennemann, Lockwood e Harris (2001), a divergência entre valores professados pelas comunidades locais e os especialistas. Os próprios organismos internacionais têm se preocupado com esse “despovoamento” do

¹⁵ O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais. *The People-Centred Approaches*, disponível em: <https://www.iccrom.org/section/people-and-heritage/people-centred-approaches>.



patrimônio. O International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – Iccrom montou um projeto de formação denominado The People-Centred Approach (abordagem centrada em pessoas). (MENEZES, 2017, p. 40)

Segundo Meneses (2017), o valor público seria alcançado quando as diferentes esferas do poder público e instituições se encontram alinhados com as necessidades, anseios e dinâmicas sociais da população em foco. Para isso uma boa comunicação é necessária, assim como a transparência e a garantia da participação social nos processos de tomadas de decisão. Colocando também o habitante como “sujeito da cidade, [...] produtor de experiências estéticas, apto a estetizar seu ambiente” (MENESES, 2017, p.46), para isso se faz necessário viver a cidade, se apropriar dos espaços e receber o reconhecimento pelo seu papel de protagonista. De maneira que “[...] o cotidiano e o universo do trabalho são a melhor bússola para assegurar o rumo legítimo e eficaz nas ações governamentais no campo do patrimônio urbano” (MENESES, 2006, p.53).

A comunicação ativa, com promoção de ações educacionais e fomentos, colabora para a manutenção da relação social entre morador e patrimônio, e pode ser o caminho para conscientizar a população local sobre os riscos que intervenções com materiais e técnicas inadequadas podem trazer à autenticidade e aos atributos patrimoniais. Ações de educação patrimonial como capacitação em ofícios durante e obras de restauro e a produção coletiva de manuais de boas práticas, indicando as melhores maneiras de manter e utilizar sem prejudicar a integridade desses espaços, também são indicadas.

Novas maneiras e estruturas de gestão que envolvam e insiram representantes da sociedade civil são planejadas e implementadas há anos, buscando-se processos mais democráticos e horizontais, que considerem a multiplicidade de olhares e julgamentos dos diversos atores envolvidos com aquele objeto de estudo, direcionando a criação de políticas públicas e ações articuladas (ZANIRATO, 2015).

Estruturas como conselhos, câmaras técnicas e comitês, representativas, consultivas e/ou deliberativas de gestão participativa, possibilitam um espaço de discussão que reúne pessoas de diversas instituições sejam elas, públicas ou privadas, e da sociedade civil. Olinda, por exemplo, conta com o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO), com 16 cadeiras compostas de integrantes de instituições de salvaguarda, como o IPHAN e a FUNDARPE, as secretarias municipais que atuam no sítio histórico, entidades religiosas, e a sociedade civil.

É necessário enfrentar com isenção os conflitos de interesse e as tensões existentes nos meios sociais afetados pela preservação, assim como estimular a participação social diversificada nas decisões e na execução das políticas do patrimônio. Será problemático motivar a população a aderir aos programas de preservação se não houver garantia de sua condição de protagonista dessas ações e o acesso efetivo dos participantes aos direitos associados ao patrimônio (direito à diferença, de continuar residindo em sítios preservados e áreas urbanas requalificadas etc). Para serem socialmente sustentados, os sentidos de lugar e de pertencimento não podem ser realidades de vitrine, feitas para o mercado. O compromisso com a conservação é resultado de uma população organizada e informada de maneira correta, preparada para conhecer, reclamar seus direitos e também suas responsabilidades. Isso é o que se espera de uma participação cidadã - uma forma de construção, gestão e avaliação conjunta entre sociedade civil e governo nos assuntos de interesse público. (MENEZES, 2016, p. 58).



Considerando que os interlocutores locais deveriam ser a maior referência na valoração do patrimônio, é preciso que a apropriação do bem considere primeiramente os moradores, para que, somente depois, olhares externos possam apreender o seu valor. A questão central consiste em encontrar formas de respeitar e compartilhar espaços, costumes e experiências. Defende-se aqui o papel central do habitante na formação destes lugares e práticas. Para tanto, é essencial vivenciá-la, apropriar-se dos espaços e receber o reconhecimento pelo seu protagonismo. Assim, como posto por Meneses (2017), essa manutenção do cotidiano, aliada à capacitação local, pode assegurar a autenticidade e ações verdadeiramente participativas na preservação dos sítios históricos.

5. Perfazendo diálogos: algumas considerações

A longevidade e a vasta produção de Françoise Choay a colocam como figura protagonista no debate sobre o urbanismo e o patrimônio nos séculos XX e XXI. Como teórica, trava combates com a noção de diagnóstico, de caráter corretivo e autoritário, amplamente adotado nas intervenções urbanísticas funcionalistas no século XX, buscando trabalhar com a dimensão sensível de se pensar na cidade, em uma antropologia do espaço.

Como entusiasta do projeto enquanto oportunidade de estabelecer diálogo com o sítio, Choay apela por uma competência de construir edificações que possam se tornar novos monumentos históricos e respondam à identidade de um lugar. E, assim, contribuam para a tomada de consciência, não só valorizando as diferenças, mas possibilitando a participação coletiva na produção de um patrimônio vivo, inserido na comunidade, em diálogo com o meio ambiente e com a *urbe*.

Conhecer o processo de formação dos conceitos de “monumento”, “monumento histórico” e “patrimônio urbano”, permite a constituição da base teórico-histórica do Patrimônio Cultural, no qual os Sítios Históricos se incluem. Por isso, ao explicar o processo histórico e as transformações semânticas, Choay torna a leitura de suas obras indispensáveis para quem estuda e trabalha no campo patrimonial. Sua relevância para a teoria, história e crítica do urbanismo e do patrimônio mundial a mantém relevante nas grades curriculares de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (UFAL, UFPE, UFPB) e na pós-graduação (FAU UnB, MDU) das autoras deste artigo. Também é utilizada por Sant’Anna, as obras: “*Mondialisation ou dynamisation du patrimoine culturel bâti*” (2000) e “*L’allégorie du patrimoine*” (1996) como referências bibliográficas na produção do livro “A cidade-atração”, de 2017.

O diálogo entre Choay, Sant’Anna e Meneses, nos faz atentar para os desafios de gestão voltados para a preservação dos Sítios Históricos e do Patrimônio Cultural em geral, ocasionados pela falta de estrutura do corpo técnico, pelos baixos recursos financeiros e pela pouca influência e reconhecimento na sociedade. Com Sant’Anna percebe-se a influência dos debates e casos internacionais na forma de atuar no Sítio Histórico, assim como na preservação de bens patrimoniais brasileiros, com os órgãos de salvaguarda atualizando-se ao incorporar novas noções e conceitos, apesar de, em certos momentos, trabalhar com instrumentos de gestão inadequados.

Os desafios postos pela autora brasileira, de participação social e habitação, se relacionam com a temática proposta por Meneses, que explora o importante papel do cidadão, principalmente do habitante, no processo e nas tomadas de decisão voltadas para a identificação e preservação do Patrimônio Cultural. O protagonismo do morador se torna evidente na legislação Brasileira com a Constituição de 1988, no entanto, uma participação não apenas inclusiva, como também preferencial desses atores permanece sendo um desafio para a gestão e implementação de políticas preservacionistas, o turismo sustentável e a educação patrimonial. No entanto, para manter o olhar do morador atento, a academia e o poder público, como agentes especializados, não devem se eximir de auxiliar neste processo de reconhecimento e salvaguarda. Promover ações de educação patrimonial, capacitações de ofícios e fomentos são estratégias eficazes para estimular o papel cível da comunidade.



Tendo em mente os combates relativos à *educação patrimonial*, aos *acervos de monumentos históricos*, e à *participação coletiva*, somados ao conteúdo extraído dos autores brasileiros mencionados na produção deste artigo, o patrimônio é vivenciado por pessoas, o Sítio Histórico se transforma e a própria cidade pode ser usufruída como um bem cultural. Assim, é fundamental reforçar a necessidade de se pensar e tratar o patrimônio, respeitando o preexistente e possibilitando adequações de novos usos e atividades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, Petrópolis, 1987. **Carta de Petrópolis**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petrópolis%201987.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. [Debate]. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_AcidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023. , 2006

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: Fórum Nacional Do Patrimônio Cultural. Anais... Sistema Nacional De Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias E Experiências Para Uma Nova Gestão. Ouro Preto/MG, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, vol. 36, p. 39-52, 2017.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. **Políticas municipais de preservação: perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural**. Revista Memorare, Santa Catarina, v.4, n.1, p. 93-119, 2017.

PEIXOTO, Priscilla Alves. **Uma história do urbanismo em construção. As práticas historiográficas de Françoise Choay (1965-1973)**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. **As cidades-monumento e a construção da identidade nacional (1937-1967)**. In: Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937 -1990. Salvador: Oiti Editora, 2014, v. 1, p. 149-202.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.



SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-patrimônio no brasil: lições do passado e desafios contemporâneos.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, v. 35, p. 139–154, 2017b.

VAZ, Lilian Fessler; BERENSTEIN, Paola. **Contemporary Urban Spectacularization.** In: MONCLÚS, Javier; GUÀRDIA, Manuel (Orgs.). Culture, Urbanism and Planning. [s.l.]: Ashgate Publishing Limited, 2006, p. 241–254.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio Cultural, Participação Social e Construção de Cidadania.** PROMUSPP, São Paulo, 2015, p. 115-127.

Flaviana Barreto Lira

Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, vinculada à linha de pesquisa de Patrimônio e Preservação. Arquiteta e Urbanista (2004) e Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2009), na linha de pesquisa da Conservação Integrada, com tese sobre autenticidade do patrimônio cultural. Técnica do IPHAN-DF entre os anos de 2010 e 2011. Membro titular do Conselho Fiscal da ANPUR durante a gestão 2015-2017. Pós-doutorado na Brandenburgisch Technische Universität/Alemanha entre 2015 e 2016. Pesquisadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (UFPE) e do grupo Cidade Possíveis (UnB). Membro do ICOMOS Brasil, integrante do Comitê Científico de Teoria e Filosofia da Restauração. Com experiência acadêmica e profissional centrada na área da conservação do patrimônio, com artigos e livros publicados sobre o tema, pesquisas, atividades docentes e apresentação em congressos e seminários.

Contribuição de coautoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Software; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

Letícia Naka Cartaxo Mishina

Mestranda na linha de Patrimônio e Preservação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB), vinculada à área de Teoria, História e Crítica. Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Alagoas em 2020, pesquisadora do NuPES (UFAL) sobre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade do Patrimônio Cultural urbano desde 2014. Agraciada com prêmio CNPq de Excelência Acadêmica de 2018. Profissionalmente, atua como arquiteta no desenvolvimento de projetos em sítios históricos, monumentos, bens patrimoniais e empreendimentos privados, com experiência técnica no setor público em esferas municipal, nacional e internacional. Atuou também como Fellow IEP US/ICOMOS em 2022 para o National Trust for Historic Preservation em Washington, DC. Seus interesses de pesquisa incluem paisagem cultural, vazios urbanos em centros históricos, significância cultural, autenticidade e integridade do patrimônio urbano.

Contribuição de coautoria: Concepção; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.



Isabela Duarte Dutra

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2019, desenvolvendo Trabalho de Conclusão de Curso voltado para a Teoria do Patrimônio Cultural. Realizou intercâmbio pelo Ciências sem Fronteiras na Espanha, entre 2015 e 2016. Colaboradora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP) da UFPE desde de 2020. Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Urbano na UFPE (MDU), na linha de Conservação Integrada. Integra a equipe da Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), no âmbito do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira, Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (ICPS/SEPUL), da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) como Gestora da Unidade de Diagnósticos Urbanos do Patrimônio Cultural Material.

Contribuição de coautoria: Concepção; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

Francelly Marry Santos Brito

Arquiteta e Urbanista formada pelo Centro Universitário Vale do Ipojuca (2018). Mestranda na linha de Conservação Integrada pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE. Pesquisadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural – LUP desde 2021. Idealizadora do projeto, “Quem cuida, tem” desenvolvendo atividades de educação patrimonial na cidade de Taquaritinga do Norte. Especialização em andamento no curso de Gestão e Práticas de Obras de Conservação e Restauro de bens culturais pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECl.

Contribuição de coautoria: Concepção; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição

Como citar: LIRA, F. B.; MISHINA, L. N. C.; DUTRA, I.D.; BRITO, F. M. S. De Monumento a Sítio Histórico: debates conceituais e diálogos entre Françoise Choay e narrativas brasileiras. Paranoá, n. 35, p. 1–17, 2023. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n35.2023.09.

Editores responsáveis: Ana Clara Giannecchini, Elane Peixoto, Carolina Pescatori e Priscilla Alves Peixoto.

Assistente Editorial: Lucídio Avelino.